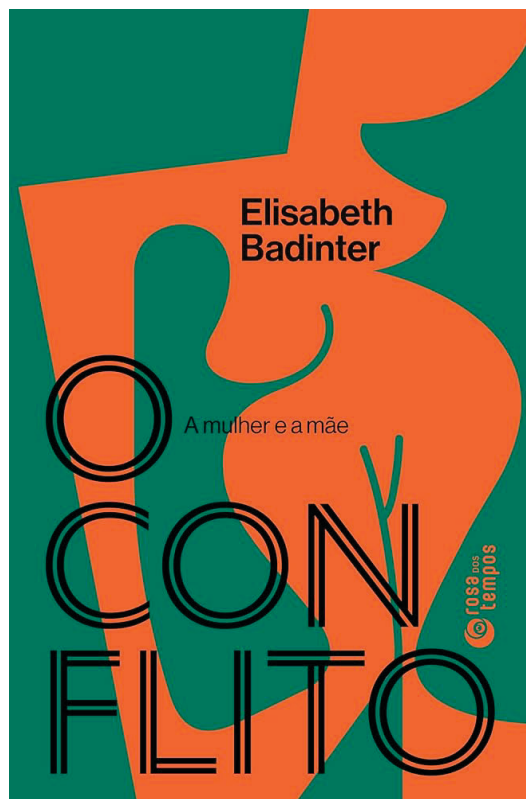


RESENHA/*REVISIÓN*/REVIEW

MATERNIDADE EM DISPUTA:
DISCURSOS, NORMATIVIDADE E
ESCOLHA REPRODUTIVA
EM *O CONFLITO*,
DE ELISABETH BADINTER



BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

Thatiane Mandelli*

Universidade Federal de Santa Catarina

Nas últimas décadas, os debates sobre maternidade têm ocupado lugar central na agenda feminista, dialogando diretamente com pautas como a autonomia reprodutiva, o trabalho do cuidado e a igualdade de gênero. Longe de ser apenas uma experiência individual, a maternidade ocupa um espaço privilegiado de produção e reprodução de normas sociais associadas ao “feminino”. Em *O conflito: a mulher e a mãe*, Elisabeth Badinter, filósofa de longa e reconhecida trajetória no feminismo europeu, ao dar continuidade à sua crítica à naturalização do papel materno, presente em seus escritos anteriores, analisa o modo como os discursos contemporâneos associados a maternidade podem entrar em choque com a autonomia feminina. Ao fazer isso, a autora propõe uma reflexão sobre o que denomina de um “retorno ao naturalismo” no que é exigido da boa mãe.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC e bolsista FAPESC. E-mail: thatianemandelli@gmail.com.

Publicado originalmente na década de 2010, em um contexto de intensificação dos discursos sobre maternidade exclusiva, aleitamento materno prolongado e parentalidade “natural”, o livro acompanha transformações sociais mais amplas que tensionam o debate sobre autonomia reprodutiva e recolocam a maternidade no centro das expectativas destinadas às mulheres. Além disso, *O conflito* se mostra particularmente relevante para pensar como os discursos operam na construção de identidades femininas e na delimitação de escolhas reprodutivas.

A atualidade da obra é evidente em um contexto no qual debates sobre reprodução, escolhas reprodutivas e direitos das pessoas com capacidade de gestar seguem em constante disputa. Ainda que baseada sobretudo na realidade europeia, Badinter nos fornece ferramentas de análise que vão para além da Europa e que nos permitem interrogar os sentidos sociais atribuídos à maternidade em diferentes contextos.

A tese central do livro é que, a partir do século XX, observa-se a emergência de um tipo ideal de maternidade, extremamente exigente, associado a práticas de cuidado consideradas “naturais” e a uma dedicação intensiva a criança. Esse ideal se reflete em expectativas que recaem de maneira desigual sobre as mulheres e reforçam a associação entre feminilidade e maternidade, mas não qualquer maternidade, ela deve ser de dedicação exclusiva ao trabalho de cuidado com filhas e filhos.

Badinter inicia questionando a noção de instinto materno e a naturalização do vínculo mãe-criança, recuperando debates históricos que evidenciam as muitas práticas maternas ao longo do tempo, além de trazer perspectivas e estudos que questionam algumas verdades universais. Já na introdução, a autora antecipa o que pretende fazer ao longo de todo o livro: desmontar argumentos biologizantes.

Na sequência, problematiza a hipervalorização de modelos de cuidado intensivo, como a amamentação exclusiva e prolongada, a presença constante da mãe e a rejeição a itens de apoio – como a mamadeira e a fórmula nutritiva – ou mesmo a serviços institucionais de cuidado infantil em prol de garantir um melhor desenvolvimento da criança. Essas condutas são apresentadas como parte de uma cultura que associa a boa maternidade à entrega e disponibilidade total, ao sacrifício pessoal e a dedicação exclusiva. Com isso, a autora demonstra como valores culturais se convertem em expectativas concretas sobre as mulheres.

Badinter também sustenta que a valorização excessiva da maternidade ressurgiu em momentos de crise social e econômica, citando como exemplo a crise entre os anos 1980 e 1990, e a crise de 2008. Tal engrandecimento da maternidade não está ligado a um maior reconhecimento do cuidado materno, mas sim corresponde a um rearranjo de normas de gênero que produzem conflitos entre o papel social da mulher e da mãe, entre maternidade e vida profissional, entre subjetividade e expectativas sociais.

A autora identifica, nesse processo, um paradoxo: as conquistas femininas no campo do trabalho e dos direitos se chocam com a intensificação de exigências morais sobre o exercício da maternidade. Tal conflito entre expectativas aparentemente não compatíveis entre si ganha camadas ainda mais complexas quando ocorrem sob um modelo social que favorece o individualismo e hedonismo. Nesse momento, a maternidade passa a ser uma escolha, que se tomada, passa a ser um fardo ainda mais pesado.

Nesse ponto da relação entre maternidade, mercado de trabalho e o modelo de sociedade neoliberal que conduz ao individualismo, as reflexões de Nancy Fraser (2016) sobre a crise do cuidado corroboram com os argumentos de Badinter. Fraser aponta que o neoliberalismo intensifica contradições entre mercado e reprodução social ao ampliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho assalariado sem redistribuir responsabilidades de cuidado. A revalorização moral da maternidade, portanto, também pode ser lida como resposta a tensões estruturais. A idealização da “boa mãe” desloca para o âmbito privado responsabilidades que são também coletivas.

Badinter nos mostra ainda que mesmo que a igualdade formal seja alcançada – vide licença parental nos países nórdicos, em que ambos os cuidadores podem se dedicar pelo mesmo tempo à criança – quando não há uma repactuação social e cultural dos papéis de gênero, na prática o que ocorre é uma exclusão das mulheres de cargos de liderança, por exemplo, ou uma baixa adesão a licença parental pelos homens, uma vez que isso representa certa perda financeira.

A dimensão discursiva do livro merece destaque. *O conflito* oferece contribuições importantes ao questionar a naturalização dos discursos a respeito da maternidade, e evidencia como categorias discursivas que se sustentam sob um verniz biologizante e “natural” geram repertórios discursivos específicos: instinto materno, a boa mãe, e uma melhor filha ou filho.

A crítica ao “instinto materno” também pode ser lida como um questionamento dos efeitos de naturalização produzidos por determinadas formas de nomeação e argumentação que funcionam como recursos retóricos que direcionam fenômenos sociais para o campo do “natural”.

Esse apelo à natureza e a ideia de que algo sempre foi de tal forma, funciona como balizador das expectativas de gênero. A imagem e as práticas relacionadas a “boa maternidade” podem ser compreendidas como enunciados normativos que orientam práticas sociais e identidades. A recorrência de enunciados negativos associados a boa maternidade como: sacrifício, abdicação, exclusividade e amor materno; contribuem para criar padrões de conduta socialmente valorizados e esperados, uma vez que correspondem ao que uma mulher deve exercer, pois nasceu para tal.

Por outro lado, o surgimento de novas categorias e novos enunciados como *childless* – sem filhos e filhas não por escolha e *childfree* – sem filhos e filhas por escolha, adicionam camadas ao repertório do papel social da mulher ao adicionar o fato de que a não maternidade pode ser discursivamente enquadrada tanto como contingência quanto como decisão legítima. Não há mais um único caminho discursivo para nomear a decisão de não ter filhas e filhos.

Nesse sentido, o livro também permite observar como a linguagem participa ativamente da construção dos imperativos sobre maternidade. Desse modo, Badinter acerta quando nos ajuda a ler e interpretar a maternidade não como um dado, mas como uma categoria em permanente disputa de sentidos também no campo discursivo.

Entretanto, a obra apresenta limites que merecem consideração. A análise se restringe a contextos europeus de classe média, com pouca ou nenhuma atenção a desigualdades raciais, econômicas e geopolíticas. A relativa ausência dessas intersecções pode restringir o alcance explicativo do argumento da autora quando pensado para outras realidades sociais.

Uma leitura situada a partir da América Latina evidencia essas limitações, sem necessariamente isso significar a perda da tese central da autora. Em contextos marcados por disputas jurídicas e políticas em torno do aborto e dos direitos reprodutivos, a idealização da maternidade frequentemente desempenha papel central na formulação de argumentos morais e legais contra esses avanços. Discursos que exaltam a maternidade como destino ou dever feminino são mobilizados para delimitar a legitimidade de escolhas reprodutivas.

Ao utilizar a categoria “países desenvolvidos” para se referir aos países do Norte global, Badinter pode levar a uma leitura apressada de que a queda das taxas de fertilidade está relacionada diretamente com o status econômico de um país. Contudo, ao confrontar essa percepção com os dados da CEPAL de 2024, essa correlação imediata não se sustenta, pois também se verifica nos países da América Latina um declínio acentuado das taxas de fertilidade. América Latina e Caribe registram a maior queda em comparação outras regiões do mundo desde 1950 (CEPAL, 2024). O que difere, à primeira vista, são as razões para tal queda, que estão mais associadas a ausência de políticas públicas a os números alarmantes de violência doméstica (Reuters, 2025).

Além disso, temas como acesso aos serviços de aborto seguro – legalizado recentemente em países como Argentina, Colômbia e México – e a persistência de legislações restritivas na maior parte da região, moldam as experiências reprodutivas de milhões de mulheres latino-americanas. Nesse contexto, a maternidade é frequentemente marcada por desigualdades materiais, violência obstétrica, discriminação e criminalização do aborto – fatores que não entram diretamente na análise de Badinter.

Nessa toada, o livro abre possibilidades para o diálogo com as reflexões da autora colombiana Mara Viveros Vigoya (2016), que têm mostrado que maternidade e cuidado são permeados por hierarquias raciais e de classe, principalmente em contexto de profundas desigualdades, como é o caso latino-americano. Ainda, a autora problematiza as masculinidades, e adiciona a ausência paterna como uma camada a mais para pensar a maternidade em contextos do Sul global.

Cabe frisar que Badinter não pretende generalizar, tampouco universalizar o fenômeno da maternidade, inclusive as razões para as mulheres não desejarem tanto mais vivenciar essa experiência. A escolha pelo recorte europeu – estendendo brevemente a Estados Unidos e Austrália – é importante, quando tal recorte não se pretende universal, o que não parece ser a intenção da autora. Fazer a aproximação da análise da autora com outras realidades pode ser frutífero.

Não parecer ser a intenção em *O conflito* oferecer respostas definitivas, mas sim instigar perguntas incômodas. Badinter deixa em aberto o futuro das categorias mulher, mãe, e do próprio feminismo. Ela nos oferece a experiência das francesas como um caso que pode apontar para algumas respostas para os novos desafios relacionados a maternidade. Ainda, ao problematizar a naturalização da experiência materna sob o prisma das mudanças sociais voltadas ao individualismo, as transformações do trabalho, e dos arranjos familiares, a autora prova um ponto: a maternidade não está no plano da escolha individual e subjetiva, as normas e padrões sociais vigentes condicionam essa escolha.

Por fim, quando lido de forma situada e crítica, o livro contribui ao jogar luz sobre as tensões entre autonomia e normatividade que atravessam as experiências reprodutivas contemporâneas. Se utilizado, ainda, para compreensão de fenômenos culturais e discursivos ainda mais recentes, como o movimento conservador das *tradwives*, que apelam para a performance nas redes sociais para estimular um retorno a casa e a maternidade como “vocação” que conforma um modelo de feminilidade a ser almejado, a leitura se torna ainda mais atual e pertinente, reforçando a sua importância para compreender as disputas em torno da mulher e da mãe, e dos feminismos, no tempo presente.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Taxa de fecundidade total da América Latina e do Caribe chega a 1,8 filho por mulher em 2024, aprofundando a tendência abaixo do nível de reposição. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 02 fev. 2026.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, n. 100, p. 99–117, 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>. Acesso em: 05 fev. 2026.

VIVEROS VIGOYA, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, v. 52, p. 1–17, 2016. Disponível em: https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/2077. Acesso em: 05 fev. 2026.

VIVEROS VIGOYA, M. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.



Recebido em 16/02/2026.

Aceito em 20/02/2026.

Publicada em 15/03/2026.